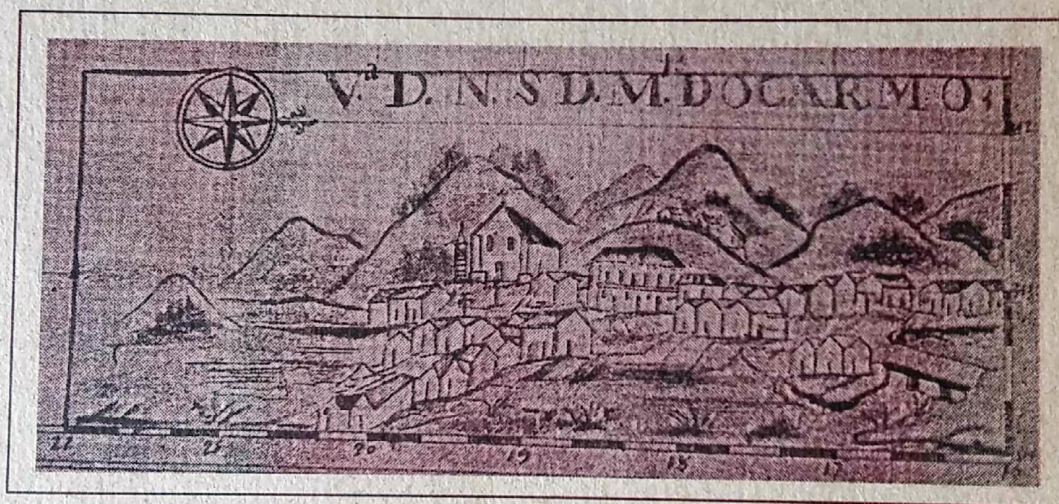


# TERMO DE MARIANA

História e Documentação



Departamento de História – ICHS/UFOP

# TERMO DE MARIANA HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO

Ouro Preto  
Editora da UFOP

1998

Copyright 1998 by  
Departamento de História (UFOP)

Projeto Gráfico:  
José Arnaldo C. de Aguiar Lima  
Ronald Polito

Editoração Eletrônica:  
Ronald Polito

Fotografias dos Documentos:  
José Arnaldo C. de Aguiar Lima

Revisão:  
Mônica Alkmin

Catlogação preparada pela Bibliotecária Marlene de Melo Cota

930.2 T319 Termo de Mariana : história e documentação. --  
Mariana : Imprensa Universitária da UFOP, 1998.  
221 p.

ISBN: 85-288-0024-5

1. Mariana (MG) – História – Fontes primárias. 2.  
Historiografia. 3. Minas Gerais. – História –  
Período colonial, 1500-1822.

1998

Proibida reprodução total ou parcial. Os infratores serão processados na  
forma da lei.

Editora UFOP  
Campus Universitário – Morro do Cruzeiro  
35400-000 – Ouro Preto – MG

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	7
I. PERSPECTIVAS HISTÓRICAS	
Algumas Perspectivas da Historiografia sobre Minas Gerais nos Séculos XVIII e XIX <i>Andréa Lisly Gonçalves</i> .....	13
O Espaço Urbano de Mariana: sua formação e suas representações <i>Cláudia Damasceno Fonseca</i> .....	27
O Cenário Urbano em Minas Gerais Setecentista: Outeiros do Sagrado e do Profano <i>Luiz Carlos Villalta</i> .....	67
Espaço Urbano, Família e Domicílio (Mariana no início do século XIX) <i>Ida Lewkowicz</i> .....	87
Religião, Igreja e Religiosidade em Mariana no Século XVIII <i>Cecília Maria Fontes Figueiredo</i> .....	98
Espaço Econômico Agrário e Exteriorização Colonial: Mariana das Gerais nos séculos XVIII e XIX <i>Francisco Eduardo de Andrade</i> .....	113
Poder Local e Herança Colonial em Mariana: Faces da Revolta do “Ano da Fumaça” (1833) <i>Francisco Eduardo de Andrade</i> .....	127
II. ESTRUTURA DO SENADO DA CÂMARA	
Estrutura do Senado da Câmara (1711-1808) <i>Renato Pinto Venancio</i> .....	139

## III. TRANSCRIÇÕES

A Leal Vila de Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo	
Íris Kantor .....	147
<i>Termo de uma Junta que fez no Arraial do Ribeirão do Carmo o Senhor Governador e Capitão Geral Antônio de Albuquerque de Carvalho, para se haver de levantar no dito Arraial uma das Vilas que Sua Magestade tem ordenado se erijam nestas Minas (8 abr. 1711)</i>	
<i>Termo da junta que se convocou para se fazer a nova eleição da Câmara que há de servir este ano nesta nova Vila (4 jul. 1711)</i>	
<i>Termo de posse e juramento que se deu aos novos eleitos oficiais da Câmara que saíram para servir este ano (5 jul. 1711)</i>	
Carta Régia confirmando a criação da Vila e seu nome (Lisboa, 14 abr. 1712)	
Os Inventários de Bens da Câmara e as Representações do Poder	
Ronald Polito .....	154
<i>Inventário dos bens móveis da Câmara desta Leal Vila de Nossa Senhora do Carmo (1. jan. 1719)</i>	
<i>Inventário dos bens do Conselho desta Leal Cidade de Mariana (28 fev. 1752)</i>	
Os Expostos e o Alcaide das Mulheres Grávidas	
Renato Pinto Venancio .....	166
Mandado do Senado a respeito do Alcaide das Mulheres Grávidas (26 set. 1748)	
Instalação do Bispado de Mariana e a Festa Oficial: aspectos de uma fonte documental	
Cecília Maria Fontes Figueiredo .....	170
Registro de edital do Senado sobre a festa para a chegada de D. Frei Manuel da Cruz (12 out. 1748)	
A Inquisição de Lisboa e seus Agentes na Colônia	
Luiz Carlos Villalta .....	175
<i>Registro de uma carta de Familiar do Santo Ofício (9 jun. 1770)</i>	
A Casa de Câmara e Cadeia de Mariana: algumas considerações	
Cláudia Damasceno Fonseca .....	181
<i>Auto de arrematação da fatura da nova obra da Cadeia e Casa da Câmara (23 out. 1782)</i>	
Educação Pública e Educação Privada na América Portuguesa	
Luiz Carlos Villalta .....	189
<i>Registro de uma provisão de ensinar meninos (10 abr. 1771)</i>	
<i>Registro do edital que o Senado da Câmara mandou publicar sobre as escolas (04 abr. 1828)</i>	
Poder Privado e Milícias do Mato: contradições na repressão aos escravos fugidos	
Andréa Lisly Gonçalves .....	197
Petição do Capitão-do-Mato Calisto de Mariz (fev. 1780)	
As Sesmarias em Minas Gerais	
Francisco Eduardo de Andrade .....	207
Parecer sobre concessão de sesmaria (29 mar. 1801)	
Parecer sobre concessão de sesmaria (5 dez. 1801)	
Legislação e Condição Social de Escravos e Libertos na Sociedade Mineira	
Andréa Lisly Gonçalves .....	218
Edital sobre a circulação de escravos (30 set. 1831)	

## APRESENTAÇÃO

O presente trabalho é fruto do esforço de um conjunto de pesquisadores que, a partir de diferentes interesses e perspectivas, vêm buscando colaborar para um melhor conhecimento da história de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX, particularmente da região e da cidade de Mariana. Desenvolvido com o apoio do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto, insere-se dentre as atividades implementadas em seu âmbito nos últimos anos, como conferências, publicações e pesquisas, diversas voltadas para o estudo da história mineira.

O volume foi dividido em três partes. A primeira reúne estudos historiográficos que se referem, principalmente, a Mariana. A segunda apresenta dados sobre a estrutura administrativa da Câmara. A terceira agrupa documentos referentes a Mariana e seu termo.

Da primeira parte, PERSPECTIVAS HISTÓRICAS, cabe ressaltar, em linhas gerais, o conteúdo das pesquisas.

As questões propostas no primeiro capítulo "Algumas Perspectivas da Historiografia sobre Minas Gerais nos Séculos XVIII e XIX", de Andréa Lisly Gonçalves, apontam as possibilidades que uma produção de uma história de âmbito regional, até mesmo em sua dimensão local, oferecem ao esclarecimento de aspectos da História do Brasil colonial e imperial, inclusive aqueles de natureza mais teórica.

Seguem-se três capítulos identificados pela idéia de espaço urbano.

Em "O Espaço Urbano de Mariana: sua formação e suas representações", de Cláudia Damasceno Fonseca, a formação do espaço urbano de Mariana é abordada de modo detalhado e em perspectiva diacrônica. O texto apresenta informações precisas sobre as principais edificações civis e religiosas, os arruamentos, as obras públicas, numa direção que em nenhum momento negligencia o papel da dinâmica social nas alterações sofridas pela urbe ao longo dos séculos XVIII e XIX.

O espaço urbano como representação e afirmação do poder em uma sociedade hierarquizada pelo privilégio é o tema do capítulo "O Cenário Urbano em Minas Gerais Setecentista: Outeiros do Sagrado e do Profano", de Luiz Carlos Villalta. O autor chama a atenção para o fato de que a distribuição espacial das construções, com destaque para os

templos erigidos pelas irmandades leigas nas Minas setecentista, reproduzia as correlações de forças existentes entre os diversos segmentos em que se dividia a sociedade da capitania.

No trabalho de Ida Lewkowicz, "Espaço Urbano, Família e Domicílio (Mariana no início do século XIX)", a cidade de Mariana aparece como suporte das relações familiares. Suas ruas são percorridas, e o universo familiar da cidade é reconstituído, seguindo o mesmo itinerário percorrido pelos párocos que verificavam o cumprimento, pelos fiéis, da obrigação religiosa de se confessarem pelo menos uma vez no ano - a desobriga da Quaresma - resultando na elaboração dos róis de confessados, verdadeiros censos populacionais.

Em "Religião, Igreja e Religiosidade em Mariana no Século XVIII", Cecília Maria Fontes Figueiredo aponta as especificidades da organização religiosa em Minas Gerais. São abordados desde aspectos do desempenho de tarefas administrativas pelo clero secular, passando pela constituição das irmandades leigas na região, até a vivência cotidiana da fé, cuja exterioridade se manifestaria, com mais força, nas festas religiosas e outros rituais sagrados como as romarias e as peregrinações.

A natureza diversificada da unidade produtiva de Mariana, numa tendência que se observa desde a instalação da atividade mineradora, no século XVIII, e que se acentua ao longo do período provincial mineiro, é o tema do capítulo "Espaço Econômico Agrário e Exteriorização Colonial: Mariana das Gerais nos séculos XVIII e XIX", de Francisco Eduardo de Andrade. O termo de Mariana parece integrar-se de forma dinâmica aos imperativos do sistema escravista e seus corolários, a sujeição e dependência da economia brasileira ao capital mercantil e uma acumulação de bens e riquezas fundada na posse de escravos.

Do mesmo autor é o artigo "A 'Sedição de Ouro Preto' de 1833 e os Senhores de Mariana", que encerra propriamente a parte historiográfica do presente volume. Aqui é tratado não apenas o tema da participação dos proprietários de Mariana na "Revolta do ano da fumaça", como ficou conhecida a rebelião, mas também fica evidenciado o paulatino esvaziamento das Câmaras municipais no processo de consolidação do Estado nacional brasileiro.

A segunda parte do volume contém o trabalho "Estrutura do Senado da Câmara (1711-1808)", de Renato Pinto Venancio, que apresenta organogramas a respeito da estrutura de funcionamento do poder local em Mariana colonial. O emprego da documentação camarária para o estabelecimento dos organogramas vem contribuir para uma melhor compreensão da organização política e administrativa específicas de Mariana no período.

A terceira parte, TRANSCRIÇÕES, reúne fac-símiles e transcrições críticas de documentos diversos referentes principalmente ao século XVIII e princípio do XIX, quase todos pertencentes ao Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana. Ela busca chamar a atenção para as possibilidades de pesquisa a partir dos documentos do Arquivo

Histórico da Câmara, atualmente sob a guarda do Departamento de História da UFOP, que continua organizando seus últimos documentos avulsos. Diversos dos documentos transcritos guardam relações com os textos da primeira parte, mas não é apenas este critério que norteou sua seleção. Levou-se em conta, também, tanto documentos já transcritos, mas que mereceriam ser publicados num volume desta natureza – como os referentes à criação da vila do Ribeirão do Carmo e elevação a cidade de Mariana, por exemplo –, quanto outros menos usuais, como inventários de bens móveis da Câmara, ou um mandado passado pelo Senado da Câmara ao alcaide a respeito das mulheres grávidas. São documentos, portanto, que se referem aos mais distintos campos da investigação histórica. Foram elaboradas pequenas apresentações para auxiliar a compreensão dos mesmos.

Cabe mencionar especialmente aqui o professor José Guilherme Ribeiro, que como Coordenador do Arquivo Histórico da Câmara inicialmente se encarregou de reunir os pesquisadores e participou dos trabalhos de transcrição e revisão dos documentos.